

A emancipação do elemento servil nas colônias inglesas

A Emancipação do Elemento Servil nas Colônias Inglesas, de Alexis de Tocqueville. In: Barbosa, Rui. Primeiros Trabalhos. Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Saúde, 1953, pp. 121-130.

Esta tradução foi originalmente publicada no n. 10 do Radical Paulistano, em 25 de junho de 1869. Tocqueville foi autor muito lido e anotado por Rui Barbosa. Em sua biblioteca constava a edição de 1865 de suas Obras Completas. A tradução em tela veio acompanhada do seguinte comentário: “Oferecemos hoje à meditação do país um notável artigo publicado por Tocqueville, no jornal *Siècle*, a 9 de novembro de 1843. É uma narração breve, esclarecida e imparcial da emancipação nas colônias inglesas, um depoimento irrefutável contra os que procuram envolver-se na experiência, para demorar indefinidamente a grande vitória do direito absoluto contra os interesses humanos. Já se vê, pois, que a antiguidade daquela data não desmaia a importância do assunto. Aos que nos chamam de utopistas é preciso replicar com a austera verdade da observação histórica. Sim: é mister que todos conheçam a realidade invariável dos fatos: até hoje, a emancipação nunca justificou, em país nenhum, os clamores com que agora pretendem removê-la entre nós. A exposição de Tocqueville refuta brilhantemente essa grande mentira dos artífices da escravidão. O respeitável publicista francês demonstra que o pequeno desequilíbrio causado na fortuna dos colonos pela emancipação da escravatura foi devido unicamente à imperfeição dos meios econômicos empregados para asserenar a crise. É uma lição aproveitável para o nosso governo, e uma advertência expressiva aos nossos concidadãos.”

Sejamos justos ainda para com os nossos rivais e os nossos adversários. Assoalham por aí que, abolindo a escravidão, a nação inglesa foi induzida unicamente por motivos de interesse, que seu propósito fora deprimir as colônias dos outros povos, e por este modo concentrar o monopólio da produção do açúcar em suas feitorias na Índia. Semelhante asserção não tolera exame. Nenhum homem sensato pode imaginar que a Inglaterra, para danificar as colônias de açúcar dos mais povos, principiasse arruinando as suas, muitas das quais floresciam numa prosperidade extraordinária. Seria o mais estulto maquiavelismo que se pode conceber. Na época em que foi decretada a abolição, produziam as colônias inglesas duzentos e vinte milhões de quilogramas de açúcar. Isto é, cerca de quatro vezes mais do que produziam na mesma época as colônias francesas. Entre as colônias britânicas avultava a Jamaica, a terceira das Antilhas em beleza, fertilidade e tamanho e, no continente, Demerari, cujo território era, porque assim digamos, ilimitado, e cujas riquezas e produtos medravam havia alguns anos com uma rapidez prodigiosa. E era a estas admiráveis possessões que a Inglaterra iria sacrificar, para indiretamente destruir a produção do açúcar nos países que o cultivam pelo trabalho servil, estabelecendo-a na Índia, onde pode obtê-la por preço módico, sem recorrer à escravidão! Esta hipótese seria menos difícil de admitir se por um lado já fosse a Índia um país de larga produção, e se por outro lado já se não houvesse cultivado o açúcar em outras partes mais proveitosamente por meio de braços livres. Mas, ao tempo em que foi pronunciada a abolição, a Índia não produzia anualmente senão quatro milhões de quilogramas de açúcar, ao passo que os holandeses já haviam criado em Java essa bela colônia, que remetia desde os seus primórdios sessenta milhões de quilogramas aos mercados europeus. Nestas condições, os ingleses, depois de haverem aniquilado o concurso do trabalho servil num hemisfério, teriam de

lutar imediatamente, no outro, com o concurso do trabalho livre. Para alcançar tais resultados, este povo tão esclarecido a respeito dos seus interesses, iria não só conduzir à ruína as suas melhores possessões, como também sujeitar-se, entre outros sacrifícios, ao encargo de pagar quinhentos milhões em indenização a seus colonos! O absurdo de tais suposições é demasiadamente evidente para ser necessário demonstrá-lo. O certo é que a emancipação dos escravos, bem como a reforma parlamentar, foi obra da nação e não do governo, e há de ser considerada, não como consequência de um cálculo, mas como resultado de uma paixão. O governo inglês lutou enquanto pôde contra a adoção da medida. Quinze anos resistira ele à abolição do tráfico; vinte e cinco anos resistiu à abolição da escravidão. Tanto que não pôde mais impedi-la, tratou ao menos de espaçá-la, como não conseguiu mais espaçá-la, forcejou ainda, mas em balde, para limitar-lhe as consequências; era sempre a onda popular que o vencia e arrebatava. Verdade seja que, decidida e efetuada a emancipação, os estadistas ingleses puseram todo seu empenho em fazer com que os países estrangeiros lucrassem o menos que fosse possível com a revolução que acabavam de operar no seio das colônias. Não foi sem dúvida nenhuma por simples filantropia que eles manifestaram esse infatigável ardor a fim de embarçar por todos os meios o comércio do tráfico, e desta maneira suspender o desenvolvimento dos países que continuavam a manter escravos. Claro é que, abolindo a escravidão, os ingleses renunciavam a certas vantagens, de gozo fizeram por privar às nações que não lhe imitam o exemplo. É patente que, para conseguir este intuito, lançam mão, conforme o ensejo, de todos os meios, ora o ardid, ora a violência, muitas vezes a hipocrisia e a hipocrisia; todos estes fatos, porém, são posteriores à abolição, e não obstam a que um sentimento filantrópico, e principalmente um sentimento cristão, haja sido a causa deste grande acontecimento. Esta verdade, com ser incontestável, desde que se estudar a questão praticamente, fora todavia obscurecida por aqueles que se vexam com o exemplo da Inglaterra. Era mister retificá-la de todo, antes de explicarmos os pormenores da emancipação inglesa, que aliás seriam mal compreendidos. Foi em 15 de maio de 1823 que veio a triunfar o princípio da abolição, o qual havia muitos anos era debatido no parlamento inglês. Nesse dia declarou a câmara dos comuns que era necessário preparar os negros para a liberdade, e emancipá-los logo que estivessem aptos para fruí-la. Esta resolução, que tão prudente se afigura, só produziu consequências funestas: os senhores, prevenidos por esse modo de que todo o adiantamento adquirido por seus escravos na civilização era um passo para a independência, não quiseram inspirar-se nas ideias benéficas do parlamento. Os escravos, por outro lado, a quem acenavam com a liberdade sem dizer-lhes quando a alcançariam, tornaram-se malsofridos e desobedientes. Houve uma insurreição na Guiana e três na Jamaica. A derradeira principalmente foi uma das mais sanguinolentas que se tem dado. Assim, o exame solene a que se procedeu em 1832 provou que, durante os nove anos findos, não se havia realizado quase nenhum melhoramento. Os escravos achavam-se na mesma ignorância e no mesmo aviltamento que dantes. Foi então que o parlamento, forçado pelos clamores incessantes da nação, determinou cortar o nó que em balde tentara desatar. Declarou, pois, o bill de 23 de agosto de 1833 que no 1º de agosto de 1834 cessaria de existir a escravidão em todas as colônias inglesas. Dezenove era o número das colônias escravagistas, sendo dezoito na América e uma no mar das Índias. Todavia o bill de 23 de agosto de 1833 não traspassou imediatamente os negros da escravidão para a independência: criou um estado intermediário sob a denominação de tirocínio. Durante este período preparatório continuariam os negros a servir gratuitamente a seus antigos donos, ficando, porém, limitado o trabalho não retribuído, que se lhes podia exigir, a certo número de horas por semana; o resto do seu

tempo pertencia-lhes. Era ainda, para bem dizer, a escravidão com outro nome, mas era uma escravidão temporária. Ao cabo de sete anos deviam desaparecer os últimos vestígios desta servidão. O tirocínio tinha por fim experimentar de certo modo o efeito que sobre os negros devia ter a independência, e prepará-los para recebê-la. Aos olhos do governo inglês era sobretudo um meio de reduzir a cifra da indenização que a metrópole tinha de conferir aos colonos, concedendo-lhes durante mais alguns anos o trabalho gratuito de seus antigos escravos, a fim de pagar-lhes menos em dinheiro. Esta indenização foi orçada em 1.400 francos por cabeça de escravo, fosse qual fosse a idade ou sexo. Cerca de metade foi paga logo em dinheiro; o resto devia ser representado pelo trabalho gratuito dos negros no decurso dos sete anos. Além disto, conservaram muito elevadas as tarifas que vedavam o mercado inglês ao açúcar estrangeiro, para que os colonos tivessem toda a certeza de vender lucrativamente os seus gêneros, durante a crise que ia dar-se. Portanto, abolição geral e simultânea da escravidão; um estado intermediário e preparatório entre o fim da servidão e o começo da independência; indenização prévia; garantia de um preço remunerador para a produção do açúcar; tal é o sistema inglês em suas feições gerais, pondo de parte os pormenores. Vamos ver os seus resultados. Talvez não tenha havido no mundo um acontecimento sobre que tanto se escrevesse e falasse, como a emancipação inglesa. Por essa ocasião os ingleses, e até os estrangeiros, deram a público uma multidão de livros, folhetos, artigos, sermões, relatórios oficiais, vistorias, centenas de vezes tem-se reproduzido este assunto há dez anos nas discussões do parlamento britânico; estes documentos só por si bastam para compor uma grande biblioteca! Ao primeiro aspecto, maravilha e assusta a quem os lê a diversidade, e às vezes a contradição com que os homens chegam a apreciar o mesmo fato, não os homens que nasceram muito tempo depois, mas os contemporâneos em cuja presença ele se realizara. Esta variedade realmente prodigiosa justifica-se e explica-se, entretanto, se refletirmos nos interesses pessoais, nas paixões de partido que animavam a maior parte das testemunhas, e sobretudo na imensidade da revolução que narravam. Uma transformação social como aquela, a realizar-se na mesma época em dezenove regiões diferentes, devia por força, conforme o ensejo e o lugar em que era estudada, oferecer fases muito diversas, muitas vezes opostas, e os indivíduos que as historiavam podiam dizer coisas ao mesmo tempo muito contraditórias e muito exatas. Percorrer estes depoimentos contraditórios seria levar os nossos leitores por um labirinto; é mais breve e mais eficaz cingirmo-nos aos fatos, escolhendo entre os que são incontestáveis, para expô-los. Afiançavam os colonos que os negros, logo que se vissem livres, cometeriam os mais condenáveis excessos; prediziam as cenas de desordem, de saque e de morticínio. É a mesma linguagem que falavam os lavradores de nossas colônias. Observemos os fatos: até agora a abolição da escravidão nas dezenove colônias inglesas não ocasionou um levantamento sequer, não custou a vida de um só homem, conquanto nas colônias inglesas os negros sejam doze vezes mais numerosos do que os brancos. Como adverte com razão o relatório da comissão dos negócios coloniais, esta redenção de oitocentos mil escravos, ao mesmo dia e na mesma hora, não causou no espaço de dez anos o décimo das perturbações que provoca geralmente, entre os povos mais civilizados da Europa, a menor questão política que agita um pouco os espíritos, do que causou, por exemplo, a simples questão do recenseamento na França. Não só não houve crimes contra a sociedade. Como também os delitos contra os particulares, os delitos ordinários não aumentaram, ou se aumentaram, foi numa proporção imperceptível, e por conseguinte podemos dizer que decresceram, visto como grande cópia das faltas que foram punidas pelo magistrado depois da abolição, teriam sido reprimidas pelo senhor, sem transparecer, durante a servidão. Mais um fato

incontestável: logo que os negros sentiram o estímulo da liberdade, como que se precipitaram para as escolas. É fácil avaliar o ardor verdadeiramente incrível com que eles lidam para instituir-se, desde que repararmos que hoje nas colônias inglesas, há uma escola por seiscentas almas. Em nove indivíduos um a frequente: é mais do que em França. À medida que o espírito se ilumina, os hábitos adquirem maior regularidade, o que se evidencia por um fato igualmente irrecusável. Sabe-se que dissolução de costumes, que espécie de promiscuidade existe entre os negros de nossas colônias. A instituição do casamento, entre eles, é para bem dizer desconhecida, o que não admira, porquanto, meditando, vemos que esta instituição é incompatível com a escravidão. Os casamentos eram também extremamente raros entre os negros das colônias inglesas; depois, logo que foi estabelecida a liberdade, multiplicaram-se com uma rapidez imensa. Já em 1835 contraíam-se na Jamaica mil quinhentos e oitenta e dois consórcios; em 1836 mil novecentos e sessenta e dois; em 1857, três mil duzentos e quinze, e em 1838, último ano de que se fez menção, três mil oitocentos e oitenta e um. A par da instrução e da moralidade dos costumes devia surgir o amor à comodidade e o desejo de melhorar as condições individuais. Predizendo que os escravos emancipados iriam engolfar-se em toda casta de violências, os colonos tinham também asseverado que eles volveriam à barbaria. Ao invés disto os negros, logo que se acharam livres, não tardaram em mostrar todas as tendências e em adquirir todas as necessidades dos povos mais adiantados. Antes da emancipação os produtos da Grã-Bretanha exportados para as colônias escravistas não excediam a 75 milhões de francos; esta cifra aumentou depois sucessivamente, e em 1840 sobrelevava à soma de 100 milhões. Deste modo crescera ela quase um terço em dez anos. Cifras como estas não consentem réplica. Aqui estão os resultados incontestáveis da emancipação, quanto aos negros. Forçoso é reconhecer que os seus efeitos, por outra face, foram muito menos satisfatórios. É mister, porém deixar a obscuridade das alegações contraditórias, para colocarmo-nos no terreno sólido dos fatos comprovados. Hoje os próprios adversários da emancipação inglesa reconhecem pela maior parte que esta medida acarretou os resultados que acabamos de exarar; mas sustentam ainda que, se a emancipação não foi tão fatal à tranquilidade das colônias, ao comércio da metrópole e à civilização dos negros como era de crer, nem por isso tem sido e há de ser para os colonos menos desastrosa do que se receara. É certo que os negros, depois de livres, deixaram em grande número as fábricas de açúcar, que nas colônias inglesas, bem como nas nossas, constituem a indústria principal. Entre os que permaneceram nas oficinas, muitos esfriaram no trabalho ou exigiram salários excessivos. Qual é, porém, a sua extensão precisa? Será tão ampla como a tinham renunciado ou como a descrevem? Neste ponto ainda respondem as cifras. De 1830 a 1834, período de escravidão, produziram as colônias 900.237.180 quilogramas, que foram vendidos por 578.136.595 francos. De 1838 a 1841, período de liberdade plena, produziram as colônias 666.375.077 quilogramas, que foram vendidos por 659.379.649 francos. Bem se vê que no segundo período a produção diminuiu um quarto. Posto que, em virtude de haver encarecido o açúcar nos mercados da Grã-Bretanha os colonos tenham definitivamente recebido mais dinheiro depois de abolida a escravidão do que antes dessa época, segundo acabamos de verificar, é inegável que a sua posição tornou-se muito menos segura, porque o salário nas colônias elevou-se mais, relativamente, do que o preço do açúcar na metrópole, e, por conseguinte, posto vendessem mais caro, os colonos fizeram transações em última análise menos vantajosas. Houve muitos até que se arruinaram, e quase todos lutam mais ou menos com dificuldades. Em suma: nenhuma desordem; progressão rápida da população negra para os bons costumes, a educação e a abastança; acréscimo de um terço à exportação da metrópole para

colônias; diminuição de um quarto no fabrico do açúcar; elevação notável do preço deste gênero nos mercados da metrópole; aumento excessivo dos salários, e portanto embaraços para os colonos, ficando alguns arruinados: tais são os resultados, bons e maus, que tem produzido a emancipação até hoje. Como se colhe dos fatos demonstrados e das cifras oficiais. Quando se pondera na imensidade desta revolução, não se pode deixar de reconhecer que em todo caso nunca uma transformação tão grande se realizou tão pacificamente nem com tão pouca despesa. É o que proclamava em 1841 o ministério whig, autor da medida; é o que em 1842 confessava o ministério tory que lhe sucedeu no governo. Em uma palavra, dizia lorde Stanley, no dia 22 de março de 1842, na câmara dos comuns, “o resultado produzido pela grande experiência da emancipação excedeu as esperanças mais vivas que nela depositavam os amigos mais fervorosos da prosperidade colonial.” Nem se diga que é ao caráter peculiar das colônias inglesas, e à educação por eles dada aos seus escravos, que se devem atribuir unicamente semelhantes resultados. Dentre as dezenove colônias em que foi suprimida a escravidão, muitas já tinham pertencido à França e acham-se ainda agora povoadas por franceses: nessas a emancipação não provocou mais desordens do que nas outras.